

**RELATÓRIO E CONTAS DE 2021**

## Índice

I - RELATÓRIO DE GESTÃO .....	4
1.1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração .....	5
1.2. Introdução .....	7
1.3 Apresentação da Empresa .....	7
1.3.1 Constituição do capital social.....	8
1.3.2 Localização.....	8
1.3.3 Órgãos Sociais.....	8
1.3.3.1 Conselho de Administração.....	8
1.3.3.2 Conselho Fiscal.....	9
1.3.4 Missão, Visão e Valores.....	9
1.3.5 Organograma.....	10
1.4 Contextualização económica .....	10
1.4.1 Conjuntura económica global.....	10
1.4.2 Conjuntura económica da SADC .....	11
1.4.3 Conjuntura económica nacional .....	11
1.5. Situação do sector onde a empresa desenvolve a sua actividade.....	13
1.5.1 Actividade de investimento.....	13
1.5.2 Perspectivas.....	13
1.6. Síntese das actividades.....	13
1.6.1. Produção de Boletim da República .....	13
1.6.2. Produção de material diverso .....	14
1.6.3. Promoção e Venda de Produtos e Serviços.....	15
1.6.4. Aquisição do equipamento informático e gráfico .....	16
1.6.5. Criação de condições de trabalho.....	16
1.6.6. Manutenção e reparação do edifício.....	16
1.6.7. Recursos Humanos .....	17
1.6.7.1. Distribuição dos trabalhadores .....	17
1.6.7.2. Gestão de pessoal .....	20
1.6.7.3 Mobilidade na carreira profissional.....	21
1.6.7.4 Cessação da relação jurídico-laboral .....	21
1.6.8. Aplicação financeira.....	22

1.7 Análise dos resultados e situação económico-financeira.....	22
1.7.1. Volume de Negócios ( <i>Turnover</i> ).....	22
1.7.2 Gastos com Pessoal .....	24
1.7.3 Fornecimentos e Serviços de Terceiros.....	24
1.7.4 Resultados .....	25
1.7.5. Análise Económico-Financeira .....	25
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	28
Balço em 31 de Dezembro de 2021.....	29
Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2021 .....	30
Demonstração de Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro de 2021 .....	31
Demonstração das Variações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2021 .....	32
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras .....	33
III. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS .....	60
3.1. Declaração do Técnico de Contas .....	61
3.2. Relatórios de Auditoria .....	62
3.3. Parecer do Conselho Fiscal .....	63
3.4. Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal .....	64
IV. ANEXOS .....	65
4.1 Balancetes.....	66
4.1.1 Balancete Inicial em Janeiro de 2021 .....	67
4.1.2 Balancete Acumulado em Dezembro de 2021 .....	68
4.1.3 Balancete Acumulado em Regularizações 2021 .....	69
4.1.4 Balancete Acumulado em Apuramento 2021 .....	70
4.1.5 Balancete Acumulado em Final 2021.....	71
4.1.6 Mapa de Amortizações e reintegrações .....	72

## **I - RELATÓRIO DE GESTÃO**

### **1.1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração**

Em cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 14 da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, tenho a elevada honra de apresentar o Relatório e Contas da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., referente ao exercício económico de 2021.

À semelhança do exercício económico de 2020, o de 2021 foi marcado pela pandemia do Covid-19, cujos efeitos negativos reflectiram-se um pouco por todo o mundo, e aos quais Moçambique, no geral, e a Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., em particular, não ficou imune, porém, em menor magnitude, em face ao relaxamento, pelo governo, de algumas medidas de prevenção e combate à pandemia em referência, que contribuiu para uma maior dinamização da economia nacional.

Com efeito, cumpre assinalar que decorrente do referido relaxamento, a empresa registou um acréscimo assinalável do volume de negócios em relação ao exercício económico anterior a que se reporta o presente Relatório.

Cumpre assinalar, ainda, que decorrente da manutenção de algumas das medidas de prevenção e combate à pandemia do Covid-19, das diversas actividades projectadas pela empresa para o exercício económico de 2021, parte delas, por razões alheias à empresa não foram executadas, ou, tendo sido, foram executadas parcialmente ou fora dos prazos previstos, nomeadamente, as de produção de material diverso, promoção de acções de formação e capacitação e melhoria e divulgação da imagem institucional, aquisição de tipos para douragem, aquisição de equipamento informático e aquisição de peças e acessórios para manutenção de equipamento gráfico.

No entanto, no decurso do exercício económico, várias foram as acções desenvolvidas pelo Conselho de Administração, com destaque para a aquisição de máquina de costura industrial, tipos de douragem, mobiliário e equipamento informático diverso.

Com aquisição dos bens retro mencionados, a Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., deu um salto significativo, traduzido no aumento da capacidade de produção, por um lado, e na disponibilização de produtos e serviços de melhor qualidade, por outro.

A celebração do Contrato-Programa com o Governo, o pleno funcionamento do Sistema de Gestão Integrada e a aprovação de instrumentos de regulação interna e outros directamente relacionados com a edição do Boletim da República, constituem alguns dos grandes desafios da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., e para os quais contamos com o empenho, dedicação e trabalho árduo de todos os trabalhadores da empresa.

Por último, deixo uma palavra de reconhecimento, apreço e elogio aos referidos trabalhadores, que ao longo do exercício económico a que se reporta o presente Relatório, tornaram diariamente possível os resultados que publicamos neste Relatório.

Muito Obrigado

Armindo Matos

Presidente do Conselho de Administração

## 1.2. Introdução

A Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. (INM, E.P.) é uma empresa que opera no ramo gráfico, criada pelo Decreto n.º 84/2009, de 29 de Dezembro, e busca expandir os serviços gráficos no âmbito nacional.

Dentre as várias obrigações que se impõe à empresa, está a de apresentar o Relatório e Contas do exercício económico findo.

Neste contexto, apresenta-se o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, o qual acha-se estruturado em quatro partes, a saber:

A primeira parte do relatório debruça-se sobre a exposição da empresa perante o mercado e a evolução dos negócios, desempenho e a descrição dos principais riscos internos e externos e incertezas que influenciam directamente na actividade da empresa.

A segunda parte apresenta o desempenho económico e a posição financeira e todo o conjunto completo das demonstrações financeiras e o cumprimento das políticas contabilísticas e estimativas vigentes que influenciam na materialidade das demonstrações financeiras apresentadas.

A terceira parte apresenta um conjunto de documentos que por lei são necessários para o cumprimento das obrigações declarativas, de natureza fiscal e comercial que é composto por: Declaração do Técnico de Contas, Relatórios de Auditoria, Parecer do Conselho Fiscal, Acta da Assembleia Geral, Modelos discriminativos de impostos e seus respectivos anexos.

Por último, a quarta parte apresenta um conjunto de anexos, atinentes a reconciliações das operações realizadas durante o exercício económico de 2021.

## 1.3 Apresentação da Empresa

A Imprensa Nacional de Moçambique, hoje empresa pública, foi criada a 13 de Maio de 1854, cujo objectivo era dotar a então Província Ultramarina de Moçambique de um *Boletim Oficial* onde o Governador, a quem a imprensa se subordinava, mandasse publicar assuntos de interesse do Estado colonial Português.

Em 2009, pelo Decreto n.º 84/2009, de 29 de Dezembro, a Imprensa Nacional de Moçambique foi transformada em Empresa Pública, dotada de personalidade jurídica,

autonomia administrativa e financeira e patrimonial, exercendo a sua actividade na tutela sectorial do Ministro que superintende a área da Justiça.

Constitui objecto da INM, E.P. a edição do *Boletim da República* e separatas de legislação, impressão de trabalhos de natureza confidencial e impressos destinados a escrituração e contabilização de valores, quer de receitas quer de despesas e o exercício de trabalhos gráficos em regime de exploração industrial, em especial os destinados às instituições do Estado ou outras que os solicitem.

### 1.3.1 Constituição do capital social

O capital estatutário da INM, E.P., é de 25.000.000,00MT (Vinte e Cinco Milhões de Meticais), integralmente realizado em bens e em numerário.

### 1.3.2 Localização

A Sede da INM, E.P., localiza-se na Rua da Imprensa, n° 283 – na cidade de Maputo, Número Único de Identificação Tributária: 500 000 872, Tel.: 21427021/2, Fax: 21324858. À luz do disposto no n.º 2 do artigo 2, do Decreto 30/2015, de 30 de Dezembro, possui Delegações na Província de Cabo-Delgado, Rua Gerónimo Romero-Cidade - Baixa; na Província da Zambézia, Rua 07 de Setembro n° 1528 e na Província de Sofala, Rua Coreia de Brito - Baixa, n° 1903.

### 1.3.3 Órgãos Sociais

#### 1.3.3.1 Conselho de Administração

De acordo com o artigo 10 dos Estatutos da INM, E.P., aprovados pelo Decreto n° 30/2015, de 30 de Dezembro, o Conselho de Administração é composto por 5 membros, sendo 3 executivos e 2 não executivos:

#### *Membros Executivos*

Presidente do Conselho de Administração.....**Armindo dos Santos Matos**

Administradora do PCFRH.....**Rosimine Givá Cassamo Givá**

Administrador do Pelouro de Produção.....**Saela Pernica**



**Membros não Executivos**

Administrador designado pela tutela financeira.....**Filipe Norberto M. de Carvalho**

Administrador em representação dos Trabalhadores.....**Enoque Mosse Devesse**

**1.3.3.2 Conselho Fiscal**

A fiscalização da actividade da INM, E.P., é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros, sendo um Presidente e dois vogais:

Presidente do Conselho Fiscal.....**Julião Felisberto Langa**

Vogal.....**Moisés Ernesto**

Vogal.....**Délio Marques da Cruz Ofinar**

**1.3.4 Missão, Visão e Valores****1.3.4.1 Missão**

Produzir e comercializar bens e serviços gráficos com qualidade e a custos competitivos, satisfazendo as necessidades do Estado e dos demais clientes.

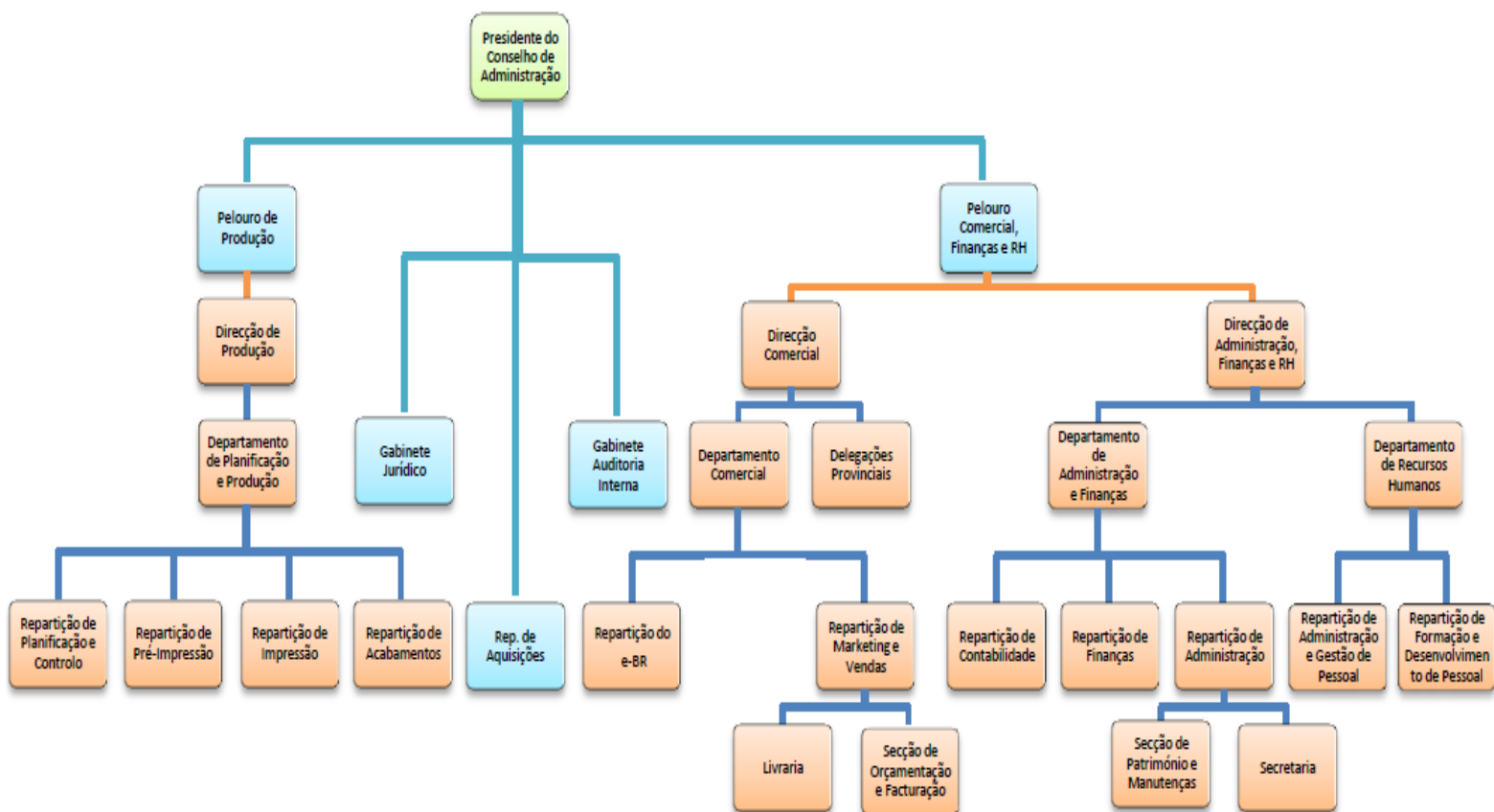
**1.3.4.2 Visão**

Ser líder na indústria gráfica, garantindo a edição e publicação do Boletim da República e outras publicações com excelência.

**1.3.4.3 Valores**

- Responsabilidade;
- Orientação para o cliente;
- Ética Profissional;
- Integridade;
- Eficiência;
- Eficácia;
- Espírito de Equipa;
- Orientação para mudanças;
- Desenvolvimento.

### 1.3.5 Organograma



## 1.4 Contextualização económica

### 1.4.1 Conjuntura económica global

A nível externo, mantêm-se as incertezas em relação à evolução da pandemia, ao aumento do preço do petróleo e ao prolongamento dos constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens, que resultam em elevados custos de transporte e demora na entrega de mercadorias.

Mantêm-se as perspectivas de recuperação da economia mundial em 2021 e 2022, ainda que com alguma contenção no curto prazo, devido aos constrangimentos que se registam nas cadeias de fornecimento de bens, em face da reabertura das economias.

No terceiro trimestre, observou-se um desempenho modesto da actividade económica nos principais parceiros comerciais do país. Dados provisórios indicam que a actividade económica nos Estados Unidos da América e na Zona Euro desacelerou no terceiro trimestre

de 2021, devido (i) aos persistentes constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens e (ii) ao agravamento dos preços de energia e dos combustíveis líquidos.

Para 2021 e 2022 mantêm-se as perspectivas quanto à retoma do crescimento económico global. No seu relatório de Outubro de 2021 (World Economic Outlook), o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu ligeiramente em baixa o ritmo de crescimento da economia mundial para 2021, a reflectir o prolongamento dos constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens a nível mundial, que segundo o FMI afectam com maior intensidade as economias avançadas, comparativamente às emergentes e da África subsaariana. Para 2022, o FMI manteve as perspectivas de crescimento global em 4,9%. Por seu turno, não obstante a ligeira revisão em baixa do crescimento dos EUA, da República da África do Sul (RSA) e da Índia para 2022, o Global Projection Model Network projecta para 2023 um maior crescimento para a RAS, a China e os EUA, mantendo a projecção para a Zona Euro.

Dados de Outubro de 2021 indicam que a Zona Euro e os EUA continuam a registar aceleração de preços, sendo o factor comum os sucessivos aumentos do custo de combustíveis líquidos e de energia eléctrica, num contexto em que ainda persistem constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens.

No mesmo período, os preços apresentaram um perfil idêntico nas economias emergentes.

*(Fonte: Informação do Banco de Moçambique – Conjuntura económica e Perspectivas de inflação)*

#### **1.4.2 Conjuntura económica da SADC**

#### **1.4.3 Conjuntura económica nacional**

Os riscos e incertezas associados às projecções de inflação mantêm-se elevados. A nível interno, destaca-se o impacto do ajustamento em alta dos preços dos combustíveis e a prevalência de incertezas quanto ao prolongamento e magnitude do impacto da pandemia da COVID-19 na economia.

Reforçam-se as perspectivas de crescimento da economia para 2022. O produto interno bruto cresceu, em termos anuais, em 3,4% no terceiro trimestre de 2021, suportado pela expansão de todos os sectores de actividade económica. Para o curto e médio prazo, perspectiva-se um aumento contínuo da actividade económica, impulsionado, também, pela procura externa e pela implementação dos projectos de gás na bacia do Rovuma.

No entanto, o retorno ao crescimento económico sustentável continuará a exigir o aprofundamento de reformas estruturantes na economia, visando fortalecer as instituições, melhorar o ambiente de negócios, atrair investimentos e gerar emprego

A dívida pública interna mantém-se elevada. Desde finais de Setembro de 2021, a dívida pública interna aumentou, num contexto em que se mantém a perspectiva da pressão orçamental, associada às despesas públicas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, assistência humanitária e reconstrução das zonas afectadas pelos ataques terroristas em Cabo Delgado.

A progressiva reabertura das economias reforça o optimismo quanto à recuperação mais célere da procura global, com impacto sobre os preços das principais mercadorias de exportação e de importação, com destaque para o petróleo. Com efeito, os preços médios das mercadorias com peso na balança comercial de Moçambique continuam a consolidar os seus ganhos

Igualmente, os preços de alguns produtos de exportação de Moçambique continuam a aumentar, sobretudo do carvão térmico, a reflectir (i) a escassez desta commodity no mercado internacional, combinado com (ii) as inundações nas mineradoras da Índia e (iii) a manutenção da tensão comercial entre a Austrália e a China.

A redução das infecções diárias por COVID-19 permitiu uma maior reabertura da economia nacional, o que, associado ao impacto positivo do efeito base e a contínua recuperação dos preços das principais mercadorias de exportação, contribui para perspectivas favoráveis de crescimento económico no curto e médio prazo. A nível dos preços, não obstante a estabilidade da moeda nacional, aumenta a pressão sobre a inflação no curto prazo, a reflectir, entre outros i) o ajustamento em alta dos preços dos combustíveis líquidos, que igualmente afectam de forma indirecta os preços dos restantes bens e serviços, e ii) os elevados custos de transporte de mercadorias no mercado internacional.

Efectivamente, o efeito base, associado ao menor impacto das medidas restritivas para contenção da 3ª vaga da COVID-19 sobre a economia, contribuiu para a recuperação de todos os sectores de actividade económica, com destaque para a indústria extractiva, hotelaria e restauração, e agricultura.

Prevê-se para o curto prazo que a componente de investimento público se mantenha reprimida, num contexto de redução de financiamento externo em 2021.

A economia continua a operar abaixo do seu potencial. Apesar da tendência para estabilização, a evolução do hiato do produto ainda ilustra uma procura agregada reprimida.

Prevê-se que a actividade económica continue a crescer no curto prazo, em face do recente alívio das medidas restritivas a nível doméstico e recuperação da procura externa e interna.

(Fonte: Informação do Banco de Moçambique – Conjuntura económica e Perspectivas de inflação)

## 1.5. Situação do sector onde a empresa desenvolve a sua actividade

A área gráfica, onde a INM, E.P. opera, regista um crescimento acelerado, o que exige muito empenho para fazer face à grande concorrência. Embora a INM, E.P. tenha sido pioneira da área gráfica, perdeu parte significativa de quota no mercado, devido à grande expansão desta actividade, exigindo, deste modo, mais empenho nas acções de marketing e de investimento em equipamento moderno, o que constitui um grande desafio para a instituição.

### 1.5.1 Actividade de investimento

A INM, E.P. tem estado a investir em equipamento gráfico dentro da sua capacidade financeira. A limitante financeira faz com que o investimento de grande vulto não se concretize, embora seja a prioridade da instituição. Vários esforços estão sendo empreendidos junto às entidades governamentais com vista a obter apoio financeiro para a concretização do plano de investimento.

### 1.5.2 Perspectivas

A INM, E.P. pretende consolidar a sua posição no mercado, tornando-se líder na área gráfica, mas para o efeito, vários esforços devem ser empreendidos para fazer face à grande concorrência nesta área. A instituição, na indústria gráfica, já figurou no topo, no entanto, pretende resgatar essa posição que foi perdida a favor dos concorrentes. Assim, várias acções estão sendo levadas a cabo com vista a alcançar a maior quota no mercado gráfico nacional. O foco da INM, E.P. é a eficiência e eficácia, que se traduz em diminuir o tempo de espera dos clientes no fornecimento de bens e serviços mas com a qualidade desejada.

## 1.6. Síntese das actividades

### 1.6.1. Produção de Boletim da República

No que se refere ao *Boletim da República*, durante o ano de 2021 foram planificados 254 números da I, II e III Séries, tendo sido produzidos 253 números, isto, devido à tolerância de ponto concedida no dia 24 de Dezembro. Foram produzidos ainda 47 números de Suplementos da I Série.

**Tabela 1: Produção do *Boletim da República***

PRODUTO	PLANIFICADO	PRODUZIDO	PRODUZIDO %
I Série	254	253	99,6
II Série	254	253	99,6
III Série	254	253	99,6
Suplementos da I Série	0	47	-

No que se refere à natureza das matérias publicadas nas três séries do *Boletim da República*, a publicação de escrituras continua a representar o maior peso no conjunto da actividade das publicações, conforme ilustra a tabela abaixo:

**Tabela 2: Publicações no *Boletim da República* por matéria**

PRODUTO	NATUREZA DO ACTO	N.º DE PUBLICAÇÕES	
		2021	2020
I Série	Leis	6	20
	Decretos do Conselho de Ministros	101	116
	Decretos-Lei	2	0
	Decretos Presidenciais	17	42
	Despachos Presidenciais	72	187
	Diplomas Ministeriais	165	80
	Despachos do Primeiro-Ministro	5	4
	Resoluções da CNE	5	3
	Despachos Ministeriais/Secretaria do Estado	23	36
	Deliberações da CNE	1	-
	Despachos do Tribunal Supremo	4	-
	Resoluções C.I.R.A.P.	41	51
	Resoluções do Conselho de Ministros	70	68
	Deliberações da Assembleia da República	-	2
	Resoluções do CSMJ	1	3
	Acórdãos do Conselho Constitucional	6	12
	Deliberações do Conselho Constitucional	2	-
	Comunicados da Assembleia da República	4	11
	Convocatórias da Assembleia da República	6	4
	Despachos da Assembleia da República	1	2
	Resoluções da Assembleia da República	18	-
	Avisos do Banco de Moçambique	10	7
	Despachos do Banco de Moçambique	3	-
Rectificações	10	4	
II Série	Despachos	3.334	1.236
	Acórdãos	50	0
	Avisos	802	339
	Resoluções	114	21
	Deliberações	30	29
	Estatutos Orgânicos	-	1
	Regulamentos	11	-
III Série	Despachos de Associações e Fundações	748	162
	Despachos de Mudança de Nome	163	57
	Resoluções e Relatório e Contas	33	3
	Aviso – INNOQ	48	1
	Deliberações	7	1
	Avisos de Concessões Mineiras	63	36
	Escrituras	9.585	2.407
	Alvarás e Outros	3	-

### 1.6.2. Produção de material diverso

No que se refere ao material diverso, durante o período em referência, observou-se uma redução de produção, a qual cifrou-se no seguinte: Brochuras: 26 787; Cadernetas: 21 782;

Impressos: 498 743; Encadernações: 1 036; Cartões de identificação: 696; Livros modelo: 1 796; Pastas de processo e de despacho: 12 944; e Blocos colados à cabeça: 20 001.

Tendo em atenção a meta planificada para o ano de 2021, a produção acima representa um grau de cumprimento em percentagem: Brochuras: 85% do planificado; Cadernetas: 73%; Impressos: 83%; Encadernações: 86%; Cartões de identificação: 44%; Livros e modelo: 65%; Pastas de processo e de despacho: 154% acima da meta; e Blocos colados à cabeça: 64%.

**Tabela 3: Produção de material diverso**

PRODUTO	PLANIFICADO	PRODUZIDO	%	VARIAÇÃO ABSOLUTA
<b>Brochuras</b>	31 400	26 787	85%	(4 613)
<b>Cadernetas</b>	30 000	21 782	73%	(8 218)
<b>Impressos</b>	600 000	498 743	83%	(101 257)
<b>Encadernações</b>	1 200	1 036	86%	(164)
<b>Cartões de identificação</b>	1 600	696	44%	(904)
<b>Livros modelo</b>	2 750	1 796	65%	(954)
<b>Pastas de processo e de despacho</b>	5 100	12 944	254%	(7 844)
<b>Blocos colados à cabeça</b>	31 400	20 001	64%	(11 399)

De referir que relativamente a estes materiais, a sua produção depende substancialmente de encomendas de clientes, sendo, por isso, muito variável.

### 1.6.3. Promoção e Venda de Produtos e Serviços

As actividades de divulgação, exposições e visitas institucionais continuaram limitadas em consequência das medidas decretadas devido a pandemia da Covid-19, contudo, foi possível realizar 8 (oito) exposições e 6 (seis) anúncios nos órgãos de comunicação social, designadamente, Rádio e Jornal.

No concernente a assinaturas para acesso ao BR físico, registou-se 47 novos assinantes e 53 assinaturas.

Foram ainda criados cinco produtos novos, designadamente, quatro cadernetas (relacionadas a avaliação de desempenho) e um código comercial.

**a) Boletim Electrónico**

Com o lançamento do Boletim da República Electrónico (*e-BR*), a 14 de Agosto de 2019, a INM, E.P. disponibiliza o Boletim da República de forma gratuita através da plataforma *e-BR* (*inm.gov.mz*) disponível na internet, tendo no ano de 2021, inserido nesta plataforma todo o BR da I, II e III Séries publicado ao longo do ano, isto é, do BR número 1 a 253.

**1.6.4. Aquisição do equipamento informático e gráfico**

No que concerne à aquisição de equipamento informático e gráfico, foi adquirido 1 Computador Desktop, 1 Impressora Brother, 1 Switch cisco de 24 portas e Rack para a instalação de um ponto Sístafe que dá acesso ao modulo de património para o cadastro dos bens, 5 Switchs cisco de 24 portas cada, para a rede interna, 1 disco externo de 1 TB para backup da informação do software PHC pela Repartição de Contabilidade, 1 Impressora para a Repartição das Aquisições. Ainda foram igualmente adquiridas 2 impressoras para a Repartição de Finanças para a emissão de cheques e 1 fotocopiadora para a Livraria.

Relativamente ao equipamento gráfico, foi adquirida uma máquina de costura industrial e tipos de Douragem alocados à Repartição de Acabamentos.

**1.6.5. Criação de condições de trabalho**

No âmbito do melhoramento das condições de trabalho e em cumprimento do plano de actividades, foram adquiridas 25 Cadeiras giratórias que foram alocadas à Manutenção Informática, Pré-impressão e na Repartição de Planificação. Foram ainda adquiridos 4 armários metálicos alocados ao armazém de matéria prima e Repartição das Aquisições, 8 aparelhos de Ar - condicionado dos quais 1 foi montado na expedição, 2 na Repartição do *e-BR*, 4 na Repartição de Impressão e 1 na Repartição das Aquisições.

**1.6.6. Manutenção e reparação do edifício**

Relativamente à manutenção e reparação do edifício, foram fornecidos e montados no edifício – Sede, 18 janelas de madeira maciça. Foram elaborados projectos de construção da fossa séptica e de distribuição e estabilização da corrente eléctrica.



### 1.6.7. Recursos Humanos

A Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., encerrou o exercício económico, com referência a 31 de Dezembro de 2021, com 136 trabalhadores. Tendo por base o número total de trabalhadores, estabeleceu-se o critério de distribuição por sexo, por sector, por idade, pelo tempo de serviço, por nível académico e por local de trabalho. Além disso, foram tratadas matérias relativas à gestão de pessoal, tais como: absentismo, processos disciplinares, desenvolvimento do pessoal, mobilidade na carreira e nas funções de cargo de direcção, chefia e confiança e também de desvinculação jurídica laboral.

#### 1.6.7.1. Distribuição dos trabalhadores

Conforme exposto na secção anterior, foram estabelecidos critérios de distribuição de trabalhadores com base nos quais se desenvolvem nesta subsecção:

##### *i. Distribuição dos trabalhadores por sexo*

Por sexo, conforme mostra a tabela 4, verifica-se que do total dos trabalhadores, 100 (73,53%) são homens e 36 (26,47%), mulheres; por vínculo jurídico, 3 (2,21%) são membros executivos do Conselho de Administração, incluindo o respectivo Presidente, 65 (47,79%) são funcionários de nomeação definitiva e 68 (50,00%) são contratados por tempo indeterminado.

**Tabela 4. Distribuição dos trabalhadores por sexo.**

LOCAL	HOMEMS	MULHERES	TOTAL	%
Membros Executivos do CA	2	1	3	2,21
Nomeação Definitiva	47	18	65	47,79
Contrato por tempo indeterminado	51	17	68	50,00
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>136</b>	<b>100</b>
<b>%</b>	<b>73,53</b>	<b>26,47</b>	<b>100</b>	

##### *ii. Distribuição dos trabalhadores por sectores de afectação*

Por este critério, observando a tabela 5, verifica-se que estão afectos ao Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, 2 (1,47%) trabalhadores, nomeadamente, o Presidente do Conselho de Administração e a Secretária executiva.

Para o Pelouro de Produção, estão afectos 56 (41,18%) trabalhadores, sendo 42 homens e 14 mulheres enquanto para o Pelouro Comercial, Finanças e Recursos Humanos, estão 71 (52,21%) trabalhadores, dos quais 52 homens e 19 mulheres.

Os Gabinetes Jurídico e de Auditoria dispõem de um total de 4 trabalhadores, dos quais 3 homens e 1 mulher, o que corresponde a 2,94%.

Por último, 3 (2,20%) trabalhadores, 1 homem 2 mulheres, estão afectos à Repartição das Aquisições.

**Tabela 5. Distribuição dos trabalhadores por sector de afectação**

SECTORES	M	F	TOTAL	%
GABINETE DO PCA	1	1	2	1,47
PRODUÇÃO	42	14	56	41,18
CFRH	52	19	71	52,21
GABINETES (Auditoria e Jurídico)	3	1	4	2,94
REPARTIÇÃO DE AQUISIÇÕES	1	2	3	2,20
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>136</b>	<b>100,00</b>
<b>%</b>	<b>73,53</b>	<b>26,47</b>	<b>100</b>	

*iii. Distribuição dos trabalhadores por faixa etária*

Pela distribuição dos trabalhadores por faixa etária, de acordo com a tabela 6, verifica-se que os trabalhadores com idades que variam entre 31 e 40 anos constituem o maior grupo com 46,32%, seguido pelo grupo de trabalhadores com idades que variam entre 41 e 50, com 33,82%. Portanto, os trabalhadores cujas idades situam-se nestes dois grupos representam 80,14% do total dos trabalhadores abrangidos nos 5 grupos etários.

**Tabela 6. Distribuição dos trabalhadores por faixa etária**

FAIXA ETÁRIA	M	F	TOTAL	%
<b>20-30</b>	5	3	8	5,88
<b>31-40</b>	50	13	63	46,32
<b>41-50</b>	32	14	46	33,82
<b>51-60</b>	12	6	18	13,24
<b>61+</b>	1	0	1	0,74
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>136</b>	<b>100,00</b>

*iv. Distribuição dos trabalhadores pelo tempo de serviço*

Pelo tempo de serviço prestado na INM,E.P., os trabalhadores distribuem-se, de acordo com a tabela 7, a qual dispõe de 7 classes, de intervalo de 4 anos, com a exceção da primeira. Na referida tabela, verifica-se que o maior grupo, com 45 trabalhadores, está compreendido no intervalo entre 6 e 10 anos de serviço. Além disso, 73,53% dos trabalhadores têm até 15 anos de tempo de serviço.

**Tabela 7. Distribuição dos trabalhadores pelo tempo de serviço**

TEMPO DE SERVIÇO	M	F	TOTAL	%
5 ≤	20	8	28	20,59
6-10	34	11	45	33,09
11-15	21	6	27	19,85
16-20	8	4	12	8,82
21-25	13	0	13	9,56
26-30	4	6	10	7,35
31-35	0	1	1	0,74
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>136</b>	<b>100,00</b>

*v. Distribuição dos trabalhadores por nível acadêmico*

Pelo nível acadêmico, a empresa dispõe de 4 trabalhadores com o grau acadêmico de mestre e 31 com o de licenciatura. Dispõe ainda de 21 trabalhadores com nível médio profissional, 36 com a 12.<sup>a</sup> Classe, 17 com a 10.<sup>a</sup> Classe, 3 com o ensino básico técnico e 24 com o ensino primário (EP 1 e EP2). De acordo com a tabela 8, verifica-se que os trabalhadores com a 12.<sup>a</sup> Classe representam o maior grupo. Assim, considerando conjuntamente os trabalhadores com o nível médio profissional e aqueles com o nível superior, perfazem 56 (41,17%).

**Tabela 8. Distribuição dos trabalhadores por nível acadêmico**

NÍVEL ACADÊMICO	M	F	TOTAL	%
Mestrado	3	1	4	2,94
Licenciatura	21	10	31	22,79
Médio Profissional	14	7	21	15,44
12 <sup>a</sup> Classe	23	13	36	26,47
10 <sup>a</sup> Classe	17	0	17	12,50
Básico Técnico	3	0	3	2,21
EP2	9	4	13	9,56
EP1	10	1	11	8,09
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>136</b>	<b>100,00</b>

*vi. Distribuição dos trabalhadores pelo País*

Pela distribuição dos trabalhadores pelo País, em função da localização geográfica das instalações por onde opera a empresa, conforme mostra a tabela 9, verifica-se que a Sede da empresa, localizada na região Sul, Cidade de Maputo, estão afectos 118 (86,74%) trabalhadores. Às Delegações Provinciais localizadas na região Centro, designadamente, Sofala e Zambézia, estão afectos 6 em cada uma delas, perfazendo um total de 12 (8.82%)

Por último, à Delegação Provincial de Cabo Delgado, localizada na região Norte, estão afectos 6 (4,41%) trabalhadores.

**Tabela 9. Distribuição dos trabalhadores pelo País**

LOCAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Sede (Cidade de Maputo)	87	31	118	86,74
Delegação Provincial de Sofala	3	3	6	4,41
Delegação Provincial de Zambézia	5	1	6	4,41
Delegação Provincial de Cabo Delgado	5	1	6	4,42
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>136</b>	<b>100,00</b>

**1.6.7.2. Gestão de pessoal***i. Processos disciplinares*

A prática de infracções determinou a instauração de 4 processos disciplinares contra 4 trabalhadores, que, em função dos elementos de prova e de sua gravidade tiveram desfechos correspondentes. Assim, dos 4 processos disciplinares concluídos, conforme mostra a tabela 10, 1 culminou com aplicação de multa, acompanhado pelo dever de reparação do prejuízo causado à INM, E.P e 3 anulados.

**Tabela 10. Processos disciplinares**

DESFECHO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Multa e reparação de prejuízos causados	1	0	1
Anulado	3	0	3
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

*ii. Desenvolvimento do pessoal*

Corporizando a cultura de melhoria contínua, inscrita na nossa estratégia, entendemos que é fundamental dotar os nossos recursos humanos das competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da INM, E.P. Desta forma, a formação dos colaboradores é uma aposta forte da política de gestão dos recursos humanos.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a respectiva qualidade, eficácia e adequação. São igualmente dinamizadas acções de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e a consolidação de valores de partilha e de trabalho, bem como de desenvolvimento alinhado e conjunto. Ao longo do período em análise, decorreram 3 formações nomeadamente plano de negócios, primeiros socorros e combate à incêndios e procurement, com 10, 17 e 3 trabalhadores, respectivamente.

**1.6.7.3 Mobilidade na carreira profissional***Mudanças de Categoria*

Mudaram de categorias, por terem concluído o nível académico, 2 trabalhadores para as seguintes novas categorias: Fiel de Armazém e Caixa.

**Tabela 14. Mudança de categoria**

CATEGORIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Fiel de Armazém	1	0	1
Caixa	1	0	1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

**1.6.7.4 Cessação da relação jurídico-laboral**

Relativamente à cessão da relação jurídico-laboral, 4 funcionários desligaram-se dos serviços para efeitos de aposentação. Para além disso, houve morte de 1 trabalhador.

**Tabela 15. Cessação da relação jurídico-laboral**

MOTIVOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Desligamento / efeitos de aposentação	2	2	4
Morte	1	0	1
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>

**1.6.8. Aplicação financeira**

A Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. aplicou os seus excedentes de tesouraria de forma a torná-los rentáveis, tendo efectuado depósitos a prazo no Banco Millennium BIM em função da melhor oferta de taxas de juros. Neste sentido, as aplicações feitas em 2021 produziram juros líquidos no montante de 2,519,532MT.

**1.7 Análise dos resultados e situação económico-financeira****1.7.1. Vendas Bens e Serviços**

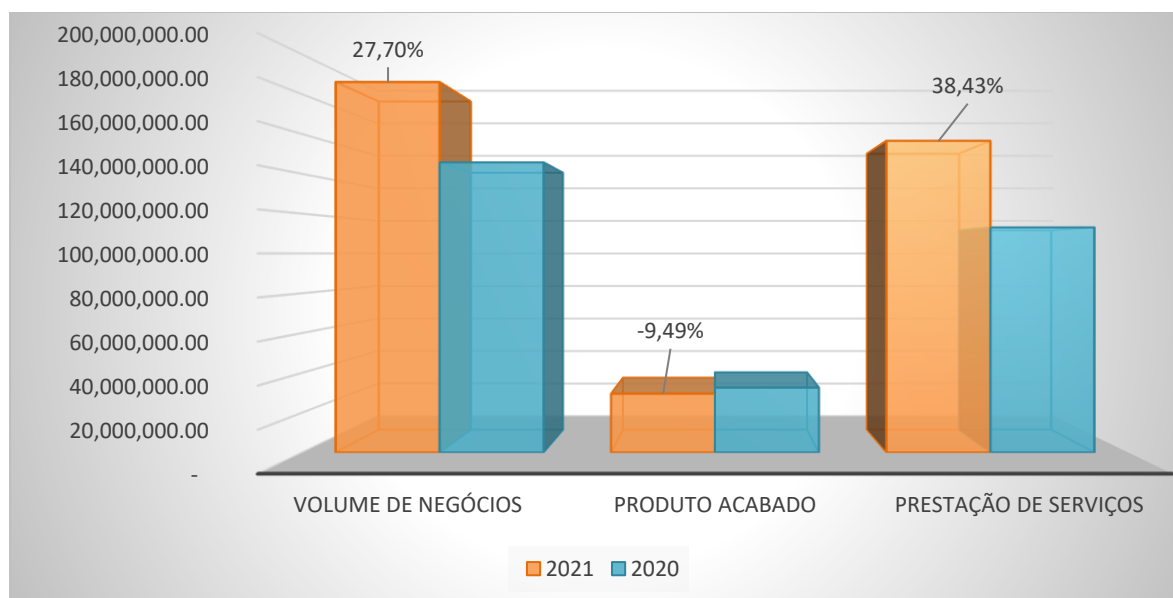
O total de vendas é composto por vendas de bens e serviços principais ``Volume de Negócios ou Turnover`` e de vendas de bens e serviços acessórios, que não se enquadram na actividade principal da entidade.

**i. Volume de Negócios (Turnover)**

Volume de Negócios (*Turnover*) é o valor dos bens e serviços vendidos pela Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., no âmbito da sua actividade principal, durante um determinado período.

**Tabela 16. Volume de Negócios**

	2021	2020
<b>VOLUME DE NEGÓCIOS</b>	<b>185 355 673,61</b>	<b>145 284 832,00</b>
<b>PRODUTO ACABADO</b>	<b>29 537 565,63</b>	<b>32 633 576,39</b>
• I Série	1 918 038,44	1 058 989,14
• II Série	299 762,26	185 683,23
• III Série	557 009,73	410 433,54
Brochuras	8 116 704,12	5 071 700,26
Livros	2 333 553,86	2 461 330,84
Impressos	5 531 040,58	6 465 666,51
CD's	-	3 300,00
Cadernetas	4 954 585,72	13 902 794,81
Outros	5 826 870,92	3 073 678,06
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>155 818 107,98</b>	<b>112 651 255,61</b>
• I Série	28 855 251,86	16 357 018,69
• II Série	35 760 815,16	20 204 458,70
• III Série	89 215 635,71	73 933 249,20
Encadernação	1 710 930,92	1 381 671,61
Boletim electrónico	104 738,46	605 260,73
Cópias-Boletim da República	170 735,87	169 596,68

**Gráfico 1. Volume de Negócios**

O relaxamento pelo governo de algumas medidas de prevenção contra a pandemia da COVID-19, em consequência da redução das infecções diárias, permitiu uma maior reabertura da economia nacional e a contínua recuperação dos preços das principais mercadorias de exportação, contribui para perspectivas favoráveis de crescimento económico no curto e médio prazo.

Decorrente destas medidas, o volume de negócios ascendeu em 40.578.700,25MT, correspondendo a um acréscimo de 27,70% em relação ao ano anterior.

Observou-se uma redução das vendas de bens de 2.628.760,48MT em relação ao ano anterior o que corresponde a um decréscimo de 9,49% e, por sua vez, a rubrica de Prestação de Serviços com um peso total de 82,57% sobre o Volume de Vendas, aumentou em 43.166.852,37MT o que corresponde a 38,32% face ao verificado em 2020.

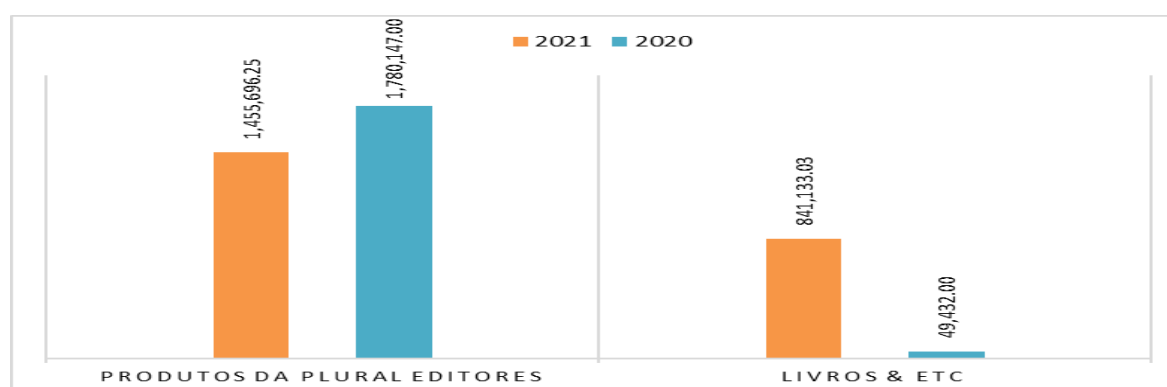
## *ii. Venda de Mercadorias*

Integram esta rubrica, os livros e obras adquiridos nas principais editoras da praça, no âmbito de estratégia de diversificação dos produtos disponibilizados aos clientes da INM, E.P. e maximização de receitas. Esta rubrica registou 2.296.829,28MT o que em comparação com os 1.829.579,00MT do ano anterior, representando um aumenro de 25,54%.

Tabela 17. Venda de Mercadoria

	2021	2020
<b>Mercadoria</b>	<b>2 296 829,28</b>	<b>1 829 579,00</b>
<i>Produtos da Plural Editores</i>	1 455 696,25	1 780 147,00
<i>Produtos da Livros &amp; Ect.</i>	841 133,03	49 432,00

Gráfico 2. Venda de Mercadoria



### 1.7.2 Gastos com Pessoal

Os gastos com o pessoal atingiram 102.123.172,76MT, valor que, em relação aos 101.798.111,00MT de 2020, incorpora um ligeiro aumento de 0,32%.

### 1.7.3 Fornecimentos e Serviços de Terceiros

A rubrica de fornecimentos e serviços de terceiros ascendeu aos 35.838.435,00MT. Compõem esta rubrica os custos associados à manutenção e reparação do equipamento gráfico, criação de melhores condições de trabalho, reabilitação e apetrechamento das instalações da INM, E.P.



**1.7.4 Resultados****i. Resultados Operacionais**

Os Resultados Operacionais reflectem os ganhos ou as perdas resultantes da actividade principal da empresa. Eles representam a capacidade do negócio principal da empresa para gerar excedentes.

Para o exercício económico de 2021, o Resultado Operacional foi de 9.690.798,00MT, que quando comparado com 348.970,23MT de 2020, conheceu um acréscimo em termos absolutos de 9.341.827,00MT, em consequência do relaxamento de algumas medidas de prevenção contra a pandemia da COVID-19 que, por sua vez, revitalizou a actividade económica do país como um todo.

**ii. Resultados Financeiros**

Decorrente das aplicações a prazo, a rubrica de Ganhos Financeiros afectou os resultados de 2021 positivamente em 2.485.971,00MT.

**iii. Resultado Líquido**

Após a estimativa para o imposto sobre o rendimento, de acordo com o plasmado no Código do IRPC, aprovado pela Lei n.º 34/2007, de 31 de Dezembro, o resultado líquido foi positivo, em 6.353.255,00MT contra 738.439,00MT positivos, do ano anterior.

**1.7.5. Análise Económico-Financeira****i. Rácios de Liquidez**

Medem a capacidade da empresa de honrar as suas obrigações de curto prazo, comparando o activo circulante com passivo circulante.

**Tabela. 19 Rácios de Liquidez**

RÁCIO	DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>Liquidez Geral</b>	Activo Circulante / Passivo Circulante	1.79	1.53
<b>Liquidez Reduzida</b>	(Activo Circulante - Existências) / Passivo Circulante	1.67	1.39
<b>Liquidez Imediata</b>	(Disponibilidades + Títulos negociáveis) / Passivo Circulante	1.44	1.22

Ao longo do período 2020 – 2021, mostra-se favorável o que significa que a Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., dispunha de recursos de exploração suficientes para fazer face a todas as obrigações de curto prazo, isto é, o activo circulante cobriu na totalidade o passivo circulante.

## ii. *Rácios de Financiamento*

Medem o nível de utilização da dívida no financiamento da aquisição do activo da empresa.

**Tabela. 20 Rácios de Financiamento**

RÁCIO	DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>Endividamento</b>	Capitais alheios de curto prazo / Capitais Totais	0.37	0.40
<b>Solvabilidade</b>	Capital Próprio / Total Passivo	1.71	1.47
<b>Autonomia Financeira</b>	Capital Próprio / Total Activo Líquido	0.63	0.60

### a) *Endividamento*

Apura a extensão com que a empresa utiliza capital alheio no financiamento das suas actividades.

O Rácio de Endividamento do exercício 2021 apresenta um decréscimo comparativamente ao do exercício 2020, o que significa que a Imprensa Nacional de Moçambique E.P. reduziu a utilização de capitais alheios no financiamento das suas actividades.

### b) *Solvabilidade*

O Rácio de Solvabilidade avalia a capacidade da empresa em gerar fundos ou recursos a longo prazo, para honrar os seus compromissos de longo prazo.

O Rácio de Solvabilidade, mostra-se favorável ao longo do período 2020 – 2021, o que significa que a Imprensa Nacional de Moçambique E.P., teve capacidade de gerar fundos ou recursos a longo prazo, para honrar as suas obrigações de longo prazo.

### c) *Autonomia Financeira*

O Rácio de Autonomia Financeira indica em que medida o activo total da empresa é financiado ou coberto pelos capitais próprios.

Ao longo do período 2020 – 2021, a Imprensa Nacional de Moçambique E.P., apresenta uma autonomia financeira favorável, na medida em que os capitais próprios cobrem o total do activo em mais de 50%.

### iii. *Rácios de Rendibilidade*

Medem o nível de rendibilidade da empresa.

**Tabela. 21 Rácios de Rendibilidade**

RÁCIO	DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>Rendibilidade de Capitais Próprios</b>	Resultado Líquido / Capitais Próprios	3.99%	0.50%
<b>Rendibilidade Líquida das Vendas</b>	Resultado Líquido / Vendas	3.39%	0.50%
<b>Rendibilidade do Activo</b>	Resultado Operacional / Total Activo Líquido	3.84%	0.10%

#### a) *Rentabilidade dos Capitais Próprios*

O Rácio de Rentabilidade dos Capitais Próprios indica a capacidade da empresa em gerar resultados com recurso a fundos próprios ou investimentos com fundos próprios.

#### b) *Rentabilidade Líquida das Vendas*

Indica a capacidade da empresa em gerar resultados com recurso a vendas.

#### c) *Rentabilidade do Activo*

Indica a capacidade da empresa em gerar resultados com recurso aos activos.

De modo geral, no exercício 2021, a rentabilidade da Imprensa Nacional de Moçambique E.P mostra-se positiva, em consequência do resultado líquido positivo do exercício.

## **II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## Balança em 31 de Dezembro de 2021



IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

**BALANÇO**  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Montantes expressos em Meticais)

Descrição	Notas	2021	2020 Reexpresso*
<b>Activos</b>			
<b>Activos não correntes</b>			
Activos tangíveis	2.6	119,812,233	134,714,080
Activos intangíveis	2.7	7,140,650	1,552,648
		<b>126,952,883</b>	<b>136,266,727</b>
<b>Activos correntes</b>			
Inventários	2.8	8,247,269	10,733,230
Clientes	2.9	5,425,774	8,556,158
Outros activos financeiros	2.10	9,000,634	2,709,010
Outros activos correntes	2.11	2,110,346	2,165,623
Imposto a Recuperar*	2.24	-	3,282,970
Caixa e equivalentes de caixa	2.12	100,706,877	96,428,172
<b>Total de activos correntes</b>		<b>125,490,901</b>	<b>123,875,163</b>
<b>Total dos activos</b>		<b>252,443,783</b>	<b>260,141,890</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital social		25,000,000	25,000,000
Reservas		6,138,301	6,101,379
Excedentes de revalorização de activos		49,111,855	53,048,090
Resultados transitados		72,666,733	68,028,981
Resultado líquido do período		6,353,255	738,439
<b>Total do capital próprio</b>	2.13	<b>159,270,144</b>	<b>152,916,889</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Passivos por impostos diferidos	2.24	23,111,461	24,963,807
<b>Passivos correntes</b>			
Fornecedores	2.14	745,596	284,546
Outros passivos financeiros	2.15	40,459,875	41,869,600
Imposto a pagar*	2.24	1,215,041	-
Outros passivos correntes*	2.16	27,641,666	40,107,048
<b>Total dos passivos</b>		<b>93,173,639</b>	<b>107,225,001</b>
<b>Total do capital próprio e dos passivos</b>		<b>252,443,783</b>	<b>260,141,890</b>

O Técnico de Contas

(Vasconcelo Nguenha)

A Administração

(Rosimine Givá Cassamo Givá)

\* Ver nota 2.5. para a descrição do erro e reexpressão das Demonstrações Financeiras do exercício anterior.

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

## Demonstração de Resultados do ano findo em 31 de Dezembro de 2021



IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Montantes expressos em Meticais)

Descrição	Notas	2021	2020
Vendas de bens	2.16	31,834,395	34,463,155
Prestação de serviços	2.17	155,818,108	112,651,256
<b>Total de vendas de bens e serviços</b>		<b>187,652,503</b>	<b>147,114,411</b>
Custo de inventários vendidos ou consumidos	2.18	(19,695,050)	(24,267,723)
Gastos com pessoal	2.19	(102,123,173)	(101,798,111)
Fornecimentos e serviços de terceiros	2.20	(35,838,435)	(22,531,211)
Amortizações do período	2.5 & 2.6	(17,983,832)	(17,351,867)
Imparidade de contas a receber	2.8	(2,509,293)	-
Outros rendimentos e custos operacionais	2.21	188,077	19,183,471
<b>Custo operacional</b>		<b>(177,961,705)</b>	<b>(146,765,441)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>9,690,798</b>	<b>348,970</b>
Ganhos financeiros		2,485,971	1,743,084
Custos financeiros		(1,049,589)	(978,791)
<b>Resultado financeiro</b>	2.22	<b>1,436,381</b>	<b>764,293</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>11,127,179</b>	<b>1,113,263</b>
Imposto sobre o rendimento	2.23	4,773,924	374,824
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>6,353,255</b>	<b>738,439</b>

O Técnico de Contas

A Administração

---

(Vasconcelo Nguenha)

---

(Rosimine Givá Cassamo Givá)

*Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras*

## Demonstração de Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro de 2021



IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
 (Montantes expressos em Meticais)

Descrição	Notas	<i>Método Indirecto</i>	
		2021	2020 Reexpresso*
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Resultado líquido do período		6,353,255	738,439
<b><u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u></b>			
Amortizações	2.6 & 2.7	17,983,832	17,351,867
Juros e similares (líquido)		1,680,491	1,743,084
Aumento/redução de inventários	2.8	2,485,961	734,311
Aumento/redução de clientes e outras contas a receber	2.9	3,130,384	7,385,355
Aumento/redução de outros activos correntes*	2.10 & 2.11	(6,442,941)	629,021
Aumento/redução de fornecedores	2.14	461,050	(283,373)
Aumento/redução de outros credores e contas a pagar		(2,047,030)	4,190,878
Aumento/redução de outros passivos correntes*	2.16	(9,182,412)	15,537,215
<b>Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais</b>		<b>14,422,590</b>	<b>48,026,797</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b><u>Pagamentos respeitantes a:</u></b>			
Aquisição de activos tangíveis	2.6	(2,270,015)	(21,810,037)
Aquisição de activos intangíveis	2.7	(7,873,870)	-
<b><u>Recebimentos respeitantes a:</u></b>			
Venda de activos tangíveis		-	289,044
Subsídio ao Investimento		-	-
<b>Caixa líquida usada nas actividades de investimento</b>		<b>(10,143,885)</b>	<b>(21,520,993)</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4,278,705</b>	<b>26,505,804</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>96,428,172</b>	<b>69,922,368</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>		<b>100,706,877</b>	<b>96,428,172</b>

O Técnico de Contas

A Administração

---

 (Vasconcelo Nguenha)

---

 (Rosimine Givá Cassamo Givá)

\* Ver nota 2.5. para a descrição do erro e reexpressão das Demonstrações Financeiras do exercício anterior.

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

## Demonstração das Variações no Capital Próprio do ano findo em 31 de Dezembro de 2021



IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Montantes expressos em Meticais)

Descrição	Capital social	Reservas legais	Outras reservas	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Acumulados	Total dos Capitais Próprios
Saldo a 01 de Janeiro de 2020	25,000,000	3,911,282	1,581,882	-	64,700,961	95,194,125
Aplicação de resultados	-	608,215	-	-	(608,215)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	738,439	738,439
Excedente de Revalorização (i)	-	-	-	53,048,090	5,788,581	58,836,671
Imposto diferido s/excedente de revalorização	-	-	-	-	(1,852,346)	(1,852,346)
Saldo a 31 de Dezembro 2020	25,000,000	4,519,497	1,581,882	53,048,090	68,767,420	152,916,889
Aplicação de resultados (ii)	-	36,922	-	-	(36,922)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	6,353,255	6,353,255
Realização de excedente de revalorização (iii)	-	-	-	(3,936,235)	5,788,581	1,852,346
Imposto diferido s/excedente de revalorização	-	-	-	-	(1,852,346)	(1,852,346)
Saldo a 31 de Dezembro 2021	25,000,000	4,556,419	1,581,882	49,111,855	72,666,733	159,270,144

O Técnico de Contas

A Administração

(Vasconcelo Nguenha)

(Rosimine Givá Cassamo Givá)

(i) No início do exercício económico de 2020, o INM, E.P., procedeu a avaliação de um conjunto de activos tangíveis, nomeadamente, edifícios/imóveis e equipamento mecânico (equip. fabril). De acordo com os pressupostos e condicionantes utilizados, atribuiu-se aos activos tangíveis, nomeadamente, edifícios/Imóveis e equipamento mecânico, tal como se encontravam à data da reavaliação, o Valor de Mercado de 108.852.703MT, sendo que 83.800.478 MT corresponde ao valor adicional decorrente da reavaliação efectuada, registados líquidos de impostos diferidos de na reserva de reavaliação correspondentes a 32% do excedente de reavaliação. O excedente de revalorização é o saldo entre o justo valor do activo e a sua quantia escriturada.

(ii) O reforço do saldo das reservas legais tem como fundamento o preceituado no artigo 444, do código comercial em vigor, que no seu n.º 1, que preconiza que `` Do lucro líquido do exercício, antes



da constituição das reservas estatutárias, são deduzidos cinco por cento do valor apurado para constituição do fundo de reservas legais, que não excederá vinte por cento do capital social.

(iii) Realização de excedente de revalorização é a diferença entre o resultado que se obtem com base no valor revalorado e o resultado que seria obtido se não tivesse sido efectuada a revalorização. Consubstanciando-se na transferência sistemática para Resultados Transitados, com as depreciações, ao longo da vida útil remanescente do ativo, correspondendo à diferença entre a depreciação depois da revalorização e a depreciação antes da revalorização.

## 2. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

### 2.1. Introdução

Ao abrigo do disposto no nº 1, do artigo 1, dos Estatutos da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., aprovados pelo Decreto nº 30/2015, de 30 de Dezembro, a Imprensa Nacional de Moçambique E.P., abreviadamente designada por INM, E.P., é uma Empresa Pública criada pelo Estado, constituída por capitais próprios, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O capital social total é de 25.000.000,00 meticais.

#### Actividade

A empresa tem como objecto:

- (i) A edição do Boletim da República e separatas de legislação;
- (ii) A impressão de trabalhos de natureza confidencial e impressos destinados à escrituração e contabilização de valores, quer de receitas quer de despesas; e
- (iii) O exercício de trabalhos gráficos em regime de exploração industrial, em especial os destinados às instituições de Estado ou outras entidades que os solicitem.

### 2.2. Bases de preparação e declaração de cumprimento

De modo a observar o disposto no Decreto nº 70/2009 de Dezembro, a **IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.** passou, com efeitos em 1 de Janeiro de 2011, a preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com o SCE – Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial (aprovado pelo decreto nº 70/2009, de 22 Dezembro) Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

As Políticas Contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, e no balanço de abertura do

Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial, com referência a 01 de Janeiro de 2010, preparado para efeitos de transição para o SCE.

Assim, as presentes demonstrações financeiras, que se reportam a data de 31 de Dezembro de 2021 foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado

nas NIRF (PGC-NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorre, da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações Financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na apresentação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

#### **Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que a Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das Políticas Contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos assim como princípios fundamentais, interpretadas a partir da estrutura conceptual do PGC-NIRF.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente de outras fontes.

Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 2.4.

#### **Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras da IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P. com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, são apresentadas em meticais, arredondadas para unidade de metical mais próximo.

#### **Custos e proveitos imputáveis a exercícios anteriores**

Os custos e proveitos imputáveis aos exercícios anteriores foram contabilizados na conta de gastos e perdas operacionais e rendimentos e ganhos operacionais conforme a natureza da rubrica.

## 2.3. Princípios Contabilísticos

### 2.3.1. Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento. Os custos subsequentes são reconhecidos na quantia escriturada ou reconhecidos, como um activo separado conforme apropriado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Imprensa Nacional de Moçambique, E.P.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens entram em funcionamento, por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração de resultados.

As perdas por imparidade detectadas na quantia escriturada do activo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Outros ganhos e perdas operacionais" da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

<b>Meio Imobilizado</b>	<b>Vida útil esperada</b>	<b>Método de Contabilização</b>
Equipamento de transporte	4 - 5 Anos	Quotas constantes
Mobiliário Social e Administrativo	10 Anos	Quotas constantes
Equipamento Básico	4 - 8 Anos	Quotas constantes
Ferramentas e utensílios	4 Anos	Quotas constantes

**IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.** efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Os bens com valor de aquisição e de valor depreciable inferior a 20.000,00MT são reconhecidos na demonstração dos resultados.

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os activos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção ou desenvolvimento, encontrando-se os mesmos registados ao custo de aquisição. Estes activos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que a quantia escriturada dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A entidade procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados do período aquando da sua anulação do reconhecimento.

### **2.3.2. Activos intangíveis**

Os activos intangíveis da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que a quantia escriturada excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### **2.3.3. Inventários**

As matérias-primas, auxiliares e materiais encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas imputáveis à compra. As saídas de armazém são valorizadas ao custo médio ponderado. Quando o preço do mercado é inferior ao valor de realização, procede-se à redução do valor das existências, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

### **2.3.4. Clientes e dívidas de terceiros**

São reconhecidos inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, deduzido de provisão para imparidade de modo a reflectir o seu valor realizável.

### **2.3.5. Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

### **2.3.6. Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas em Gastos e perdas financeiras. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor deduzidos dos custos de transacção, após o reconhecimento inicial pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a menos que a entidade tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

### **2.3.7. Custo dos empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte de activos elegíveis. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda quando o projecto em causa encontra-se numa fase de suspensão.

### **2.3.8. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

### **2.3.9. Imposto sobre o rendimento**

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre as receitas tributáveis do ano, utilizando as taxas de impostos estipuladas por lei ou substancialmente estipuladas por lei à data de relato e qualquer ajustamento ao imposto a pagar respeitante a anos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

### **2.3.10. Especialização de exercícios e rédito**

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços prestados são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

### **2.3.11. Locações**

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contractos em causa e não da sua forma.

Os contractos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

### **2.3.12. Benefícios dos empregados**

As contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social são geralmente financiadas pelos empregados (em 3% do salário bruto) e pela empresa (em 4% do salário bruto). A empresa não tem obrigações adicionais sempre que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com benefícios dos empregados quando são devidos.

### **2.3.13. Imparidades de activos**

É efectuada uma avaliação de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Outros custos operacionais". A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.



**2.3.13. Imparidades de activos (Continuação)**

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

**2.3.14. Contingências**

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota. Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

**2.3.15. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("eventos ajustáveis") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("eventos não ajustáveis"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## **2.4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos**

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o SCE, o Conselho de Administração da entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

### **2.4.1. Imparidade de contas a receber**

A entidade reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a entidade efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A Administração considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

### **2.4.2. Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis**

A entidade reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

### **Imparidade de activos tangíveis e intangíveis**

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

#### **2.4.3. Provisões**

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a entidade é parte interessada são constituídas, atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

#### **2.4.4. Impostos**

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela entidade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da entidade sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da entidade durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido as diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a entidade se encontra sujeita, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

## 2.5. Reexpressão

Durante o exercício de 2021 a INM foi solicitado a pagar a 2ª e 3ª prestação de pagamento por conta de IRPC prestações respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020. O referido imposto foi pago no exercício de 2021, no entanto o adiantamento por conta e respectivo passivo pelo não pagamento não foram contabilizado no exercício de 2020. Este imposto é referente ao exercício económico de 2020, projectado com base no lucro tributável do exercício económico de 2019. Apurou-se um total de 5.473.537,09 MT (Cinco Milhões, Quatrocentos e Setenta e Três Mil, Quinhentos e Trinta e Sete Meticais e Nove Centavos), correspondente a 80% de Imposto Líquido a taxa normal, nos termos do artigo nº 28, código de IRPC. Efectuou-se o pagamento da 1ª prestação do IRPC - Pagamento por Conta, no montante de 1.824.512,36 (Um Milhão, Oitocentos e Vinte e Quatro Mil, Quinhentos e Doze Meticais Trinta e Seis Centavos), subseqüentemente, por decorrência da pandemia do Covid-19 fez-se revisão das projecções e de acordo com o plasmado no nº 1 do artigo 72 da Lei nº 19/2013, de 23 de Setembro, remeteu-se a Direcção de Area Fiscal da sede, uma declaração de limitação de pagamento da 2ª e 3ª prestação do IRPC - Pagamento por conta, que foi indeferido, nos termos do nº 1 do artigo 72 do Código do IRPC, aprovado pela Lei 34/2007, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 1 do artigo 2 do Decreto nº 45/2010, de 2 de Novembro. A Direcção Geral de Impostos, notificou o pagamento da 2ª e 3ª prestação, recebida no dia 13 de Abril de 2021 e o pagamento foi efectuado no dia 21 de Abril. O erro foi corrigido em 2021, resultando na reexpressão de cada uma das rubricas contabilísticas afectadas no periodo anterior.

A tabela abaixo resume o impacto nas Demonstrações Financeiras:

Descrição	Conforme Reportado Anteriormente	Ajustamento	Conforme Reexpressado
<b>Total do Activo</b>			
Imposto a Pagar	(183,027)	183,027	-
<b>Total do Passivo</b>			
Imposto a Recuperar	-	3,282,970	3,282,970
Outros Passivos Correntes	36,641,051	3,465,997	40,107,048

**2.6. Activos tangíveis**

Esta rubrica é analisada como se segue:

	Edifícios	Equipamento Básico	Mobiliário e Equipamento Administrativo	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>Custo</b>						
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	94,224,879	65,864,139	12,119,093	10,482,734	862,995	183,553,840
Adições/Em curso	-	64,103	1,876,081	-	-	1,940,184
<b>Saldo a 31 Dezembro 2021</b>	<b>94,224,879</b>	<b>65,928,242</b>	<b>13,995,174</b>	<b>10,482,734</b>	<b>862,995</b>	<b>185,494,024</b>
<b>Depreciação</b>						
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	5,985,802	33,360,093	5,249,403	3,973,040	271,421	48,839,760
Depreciação do exercício	5,985,802	6,242,856	1,823,135	2,620,684	169,554	16,842,031
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>11,971,605</b>	<b>39,602,949</b>	<b>7,072,539</b>	<b>6,593,724</b>	<b>440,975</b>	<b>65,681,791</b>
Quantia Escriturada no Início do Período	88,239,077	32,504,046	6,869,689	6,509,694	591,574	134,714,080
Quantia Escriturada no Final do Período	82,253,274	26,325,293	6,922,635	3,889,011	422,020	119,812,233

**Observações:**

- Para as Demonstrações do Fluxo de caixa na componente Actividades de Investimento, o valor de pagamentos respeitantes a aquisição de activos tangíveis no montante de 2.270.015,00MT, corresponde ao valor das adições do período de 1.940.184,00MT adicionado o IVA à taxa de 17%.

**2.7. Activos intangíveis**

Esta rubrica é analisada como se segue:

	Softwares	Total
	MZN	MZN
<b>Custo</b>		
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	5,207,312	5,207,312
Adições	6,729,804	6,729,804
<b>Saldo a 31 Dezembro 2021</b>	<b>11,937,116</b>	<b>11,937,116</b>
<b>Amortizações</b>		
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	3,654,666	3,654,666
Amortizações do exercício	1,141,801	1,141,801
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>4,796,466</b>	<b>4,796,466</b>
Quantia Escriturada no Início do Período	1,552,647	1,552,647
Quantia Escriturada no final do Período	7,140,650	7,140,650

**Observações:**

- Para as Demonstrações do Fluxo de caixa na componente Actividades de Investimento, o valor de pagamentos respeitantes a aquisição de activos tangíveis no montante de 7.873870,00MT, corresponde ao valor das adições do período de 6.729.804,00MT adicionado o IVA à taxa de 17%.

## 2.8. Inventários

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Mercadorias	267,552	469,469
Produtos acabados	2,733,628	3,381,797
Matérias primas, auxiliares e materiais	5,246,089	6,881,964
	<b>8,247,269</b>	<b>10,733,230</b>

## 2.9. Clientes

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	2021	2020
Autoridade Tributaria de Moçambique-G.Cim.	-	120,445
CIGENI-Comissão Inter.Grandes Even Nac.	68,609	511,895
Conselho Constitucional	-	561,538
Fundo De Estradas	393,908	1,771,770
Ministério da Administração Estatal e Função Pública	30,802	120,828
Ministerio da Justiça, Assunto Relegiosos	95,370	95,370
Presidência da República-Sede	841,691	1,195,569
Tribunal Administrativo	282,326	139,216
Conselho Sup. de Mag. Jud. Administrativa	-	173,983
Rádio - Moçambique	1,376,020	252,279
Secretaria do Estado da Juventude e Emprego	-	30,573
Assembleia da República	318,220	-
Gabinete do Primeiro Ministro	462,630	2,604,488
Instituto de Línguas	133,182	-
Serviço Disr. Saúde M. A. Social Marracuene	166,400	-
Autoridade Tributária de Moçambique - DGSC	267,530	780,118
Serviços de Assuntos Sociais da Cidade	518,096	-
Clientes de cobrança duvidosa	2,509,293	-
Diversos	470,991	198,088
	<b>7,935,067</b>	<b>8,556,158</b>
Imparidades acumulada de saldos a receber (i)	(2,509,293)	-
	<b>5,425,774</b>	<b>8,556,158</b>

**2.9. Clientes (Continuação)**

(i) O movimento das perdas por imparidade durante o período foi o seguinte:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
A 1 de Janeiro	-	-
Reforço	2,509,293	-
Reversão	-	-
A 31 de Dezembro	<b>2,509,293</b>	-

A imparidade de clientes é calculada com base na antiguidade dos saldos e atendendo à expectativa de recuperabilidade.

O reforço de imparidades acumuladas do período decompõem-se como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Conselho Constitucional	359,392	-
Fundo De Estradas	1,771,770	-
CIGENI - Comissão Intern. p/ Grandes Eventos Nacionais	204,149	-
Conselho Sup. de Mag. Jud. Administrativa	173,983	-
	<b>2,509,293</b>	-

**2.10. Outros activos financeiros**

Esta rubrica é analisada como se segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Adiantamentos aos trabalhadores	80,673	6,333
Devedores diversos	8,919,961	1,810,047
	<b>9,000,634</b>	<b>1,816,380</b>

**2.11. Outros activos correntes**

Esta rubrica é analisada como se segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Adiantamentos aos fornecedores	304,200	184,865
Devedores diversos	1,806,146	1,980,759
	<b>2,110,346</b>	<b>2,165,623</b>

**2.12. Caixa e equivalentes de caixa**

Esta rubrica é analisada como se segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Caixa</b>		
Fundo de Maneio – Sede	10,637	9,085
Caixa de Receitas – Loja	3,340	14,000
Fundo de Maneio - Sofala	5,430	14,615
Fundo de Maneio - Zambézia	1,765	21,160
Fundo de Maneio - Cabo Delgado	24,100	13,604
	<b>45,272</b>	<b>72,463</b>
<b>Bancos</b>		
<b>Depósitos à ordem</b>		
BARCLAYS-Receitas	3,110,222	2,328,475
BARCLAYS-Despesas	3,010,564	2,210,309
BIM-Receitas	14,354,710	76,402,454
BCI-Assisência Médica	6,510	810
BCI-Receitas	10,179,599	15,413,662
	<b>30,661,605</b>	<b>96,355,709</b>
<b>Depósitos à prazo</b>		
BIM - Conta à Prazo	70,000,000	-
BC I- Conta à Prazo	-	-
	<b>100,661,605</b>	<b>96,355,709</b>
	<b>100,706,877</b>	<b>96,428,172</b>



**2.13. Capital Social**

Esta rubrica é analisada como se segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
ESTADO	25,000,000	25,000,000
	<b>25,000,000</b>	<b>25,000,000</b>

**2.14. Fornecedores**

Esta rubrica é analisada como se segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Mercado Gráfico e Acessórios	40,360	40,360
Officemart, Lda	-	64,064
Printers Market	666,736	180,122
Plural Editores	38,500	-
	<b>745,596</b>	<b>284,546</b>

**2.15. Outros passivos financeiros**

Esta rubrica é analisada como se segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Adiantamentos de clients diversos <sup>(*)</sup>	40,459,875	41,869,600
	<b>40,459,875</b>	<b>41,869,600</b>

(\*) Estes adiantamentos são referentes a valores transferidos e ou depositados nas contas bancárias da Imprensa Nacional de Moçambique E.P., por clientes não identificados, que a posterior se fazem à entidade para solicitar que lhes sejam fornecidos os bens ou se lhes preste os serviços, mediante apresentação do comprovativo de transferência e ou de depósito.

**2.16. Outros passivos correntes**

Esta rubrica é analisada como se segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b> <b>Reexpresso*</b>
Credor Estado	1,339,006	6,631,852
Outros credores <sup>(i)</sup>	26,302,660	33,475,196
	<b>27,641,666</b>	<b>40,107,048</b>

(i) Este montante é composto pelas seguintes rubricas: Adiantamentos de clientes, descontos por canalizar ao sindicato, dividas a referentes a fornecimentos e serviços de terceiros – Electricidade de Moçambique, TMCEL SA, Brithol Michcoma, Acréscimos de diferimentos, e dividas aos trabalhadores referentes a reembolsos de assistência médica.

\* Ver nota 2.5. para a descrição do erro e reexpressão das Demonstrações Financeiras do exercício anterior.

**2.17. Vendas**

Esta rubrica é analisada como se segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Mercadorias	2,296,829	1,829,579
Produtos acabados e intermédios	29,537,566	32,633,576
	<b>31,834,395</b>	<b>34,463,155</b>

**2.18. Prestação de Serviços**

Esta rubrica é analisada como se segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Publicidade e outros serviços	155,818,108	112,651,256
	<b>155,818,108</b>	<b>112,651,256</b>

**2.19. Custo de inventário**

Descrição	2021	2020
Existências iniciais	10,733,230	11,467,541
Compras	17,209,089	23,533,412
Regularizações/Quebras	-	-
	<b>27,942,319</b>	<b>35,000,953</b>
Existências finais	8,247,269	10,733,230
Custos de inventários <sup>(i)</sup>	19,046,881	21,424,352
Variação da Produção <sup>(ii)</sup>	648,169	2,843,371
	<b>27,942,319</b>	<b>35,000,953</b>

(i) O valor de 19.046.881,00MT, referente a Custos de Inventários, é somente composto por 10.375.935,31MT, 6.264.777,46MT e 2.406.167,92MT de custo de matérias-primas, auxiliares e de mercadorias, respectivamente. Este procedimento, deve-se ao facto de até ao fecho do exercício económico de 2021, a Imprensa Nacional de Moçambique EP., não dispunha de Contabilidade de Custos que permitiria que o Custo de Inventários fosse composto pelas matérias-primas, auxiliares e materiais consumidos, custos de mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

(ii) O Valor de 648.169,00MT, referente a variação de produção, evidencia a variação entre o saldo inicial e o saldo final dos inventários relacionados com a produção da entidade, no exercício económico de 2021.

**2.20. Custo com pessoal**

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	11,528,667	11,070,947
Remunerações dos trabalhadores	83,836,244	85,061,437
Encargos sobre remunerações	1,251,722	1,241,700
Indemnizações aos trabalhadores	1,387,630	-
Ajudas de custo	600,000	332,000
Seguros de Acidentes de trabalho	704,984	631,726
Outros gastos com pessoal	2,813,926	3,460,301
	<b>102,123,173</b>	<b>101,798,111</b>

**2.21. Fornecimentos de Serviços de Terceiros**

Esta rubrica é analisada como se segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Subcontratos	14,259	2,660,553
Água	212,863	137,306
Electricidade	1,541,356	1,590,613
Combustíveis	334,815	349,529
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	70,210	83,891
Material de manutenção e reparação	16,639,840	2,297,908
Material de escritório	2,231,311	1,994,465
Livros e documentação técnica	265,299	5,358
Artigos para oferta	241,727	188,830
Manutenção e reparação	5,151,783	4,345,124
Transporte de carga	437,387	444,420
Comunicações	1,015,487	868,893
Honorários	588,717	918,000
Publicidade e propaganda	790,627	687,227
Deslocações e estadias	616,472	480,414
Contenciosos e notariado	10,171	4,091
Rendas e alugueres	767,442	767,442
Seguros	575,051	587,510
Limpeza, higiene e conforto	2,004,355	1,710,818
Vigilância e segurança	1,033,434	937,557
Trabalhos especializados	728,416	976,280
Outros fornecimentos e serviços	567,412	494,981
	<b>35,838,435</b>	<b>22,531,211</b>

**2.22. Outros rendimentos e custos operacionais**

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	2021	2020
<b>Rendimentos</b>		
Subsídios à exploração	-	16,495,936
Ganhos em investimentos de capital	-	1,490,027
Outros rendimentos <sup>(i)</sup>	2,281,989	1,922,380
	<b>2,281,989</b>	<b>19,908,343</b>
<b>Custos</b>		
Impostos e taxas	(871,323)	(70,076)
Perdas em investimentos de capital	-	(491,269)
Outros gastos operacionais <sup>(ii)</sup>	(1,222,589)	(163,526)
	<b>(2,093,912)</b>	<b>(724,871)</b>
	<b>188,077</b>	<b>19,183,471</b>

<sup>(i)</sup> O valor de 2.281.989,00MT, referente a outros rendimentos, é composto significativamente por rendimentos suplementares provenientes de portes e vendas de cadernos de encargos para efeitos de participação em concursos públicos lançados pela empresa e, do rendimento referente ao reconhecimento no exercício, da parcela do rendimento diferido do subsídio para investimento.

<sup>(ii)</sup> Outros gastos operacionais no valor de 1.222.589,00MT, é substancialmente composto por multas de penalidades pagas durante o exercício económico de 2021.

**2.23. Rendimentos e Perdas Financeiros**

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	2021	2020
<b>Proveitos financeiros</b>		
Juros obtidos	2,485,971	1,743,084
	<b>2,485,971</b>	<b>1,743,084</b>
<b>Custos financeiros</b>		
Serviços bancários	(1,049,589)	(978,791)
Outros custos	-	-
	<b>(1,049,589)</b>	<b>(978,791)</b>
	<b>1,436,381</b>	<b>764,293</b>

**2.24. Imposto sobre o Rendimento**

O imposto sobre o rendimento apresenta-se como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Imposto Corrente	6,626,270	2,227,170
Imposto Diferido	(1,852,346)	(1,852,346)
	<b>4,773,924</b>	<b>374,824</b>

O movimento nos impostos diferidos em 2021 e 2020 foi o seguinte:

<b>Descrição</b>	31-Dez-2020	Balço	Demonstração de Resultados		31-Dez-2021
			Gasto	Rendimennto	
Passivo por imposto diferido					
Excedentes de revalorização de activos tangíveis	-	(24,963,807)	-	1,852,346	(23,111,461)
		<b>(24,963,807)</b>	-	<b>1,852,346</b>	<b>(23,111,461)</b>

A reconciliação entre a taxa de imposto corrente e a taxa efectiva de imposto em referência a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresenta-se como segue:

## 13 - APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL

			2021	2020 Reexpresso*
<b>Resultado do Exercício</b>			<b>11,127,179</b>	<b>1,118,236</b>
<b>Resultado Após Variações Patrimoniais</b>			<b>11,127,179</b>	<b>1,118,236</b>
A Acrescer	Artigo 27 do CIRPC	Reintegrações e amortizações não aceites como custos	1,412,510	1,412,510
	Artigos 28 e 29 do CIRPC	Provisões ou perdas por imparidades para além dos limites legais	2,390,267	-
	Artigo 36 n.º 1c) do CIRPC	Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infracções	505,859	570
	Artigo 36 n.º 1e) do CIRPC	50% das ajudas de custos e compensação pela utilização de viatura do trabalhador	300,000	166,000
	Artigo 36 n.º 4 do CIRPC	50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	11,627	19,670
	Artigo 18 n.º 2 do CIRPC	Correções relativas a exercícios anteriores	716,730	-
	Artigo 20 n.º 3 do CIRPC	Impostos Deferidos	1,852,346	1,852,346
	Artigo 15 a) do Decreto 72/2013	40% de aumento das amortizações resultantes de reavaliação	2,390,575	2,390,575
			<b>20,707,093</b>	<b>6,959,907</b>
A Deduzir				-
<b>LUCRO TRIBUTÁVEL</b>			<b>20,707,093</b>	<b>6,959,907</b>

## 12 - APURAMENTO DA MATÉRIA COLECTÁVEL

2-Lucro Tributável	20,707,093	6,959,907
3-Prejuízos Fiscais Deduzidos	-	-
4-Benefícios Fiscais	-	-
<b>MATÉRIA COLECTÁVEL (2-3-4)</b>	<b>20,707,093</b>	<b>6,959,907</b>

## 10 - CÁLCULO DO IMPOSTO

Artigo 61 n.º 1 do CIRPC	Imposto a taxa normal (32%)	6,626,270	2,227,170
<b>IRPC LIQUIDADO</b>		<b>6,626,270</b>	<b>2,227,170</b>
Dupla tributação económica		-	-
Dupla tributação Internacional		-	-
Benefícios Fiscais		-	-
Pagamento Especial Por Conta-Artigo 66 CIRPC		-	-
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>COLECTA (302-308) ≥ 0, Se (302-308) &lt; 0 inscreva 0 (ZERO)</b>		<b>6,626,270</b>	<b>2,227,170</b>
Retenções na fonte-Artigo 67 CIRPC		163,496	219,631
Pagamento por conta-Artigo 70 CIRPC		1,781,736	5,290,509
Reporte do ano anterior		-	-
<b>IRPC A PAGAR SE (309-310-311-312-313) &gt; 0</b>		<b>4,681,038</b>	
<b>IRPC ARECUPERAR SE (309-310-311-312-313) &lt; 0</b>			<b>3,282,970</b>
<b>TOTAL A PAGAR { (314 ou -315) +316+317+318+319} &gt; 0</b>		<b>4,681,038</b>	
<b>TOTAL A RECUPERAR (-315+316+317+318+319) &lt; 0</b>			<b>3,282,970</b>

			2021	2020 Reexpresso*
Retenções na fonte-Artigo 67 CIRPC (i)			3,465,997	-
IRPC A PAGAR			1,215,041	
IRPC ARECUPERAR			-	3,282,970

\* Ver nota 2.5. para a descrição do erro e reexpressão das Demonstrações Financeiras do exercício anterior.

## 2.25. Compromissos e contingências

## Garantias prestadas a terceiros

A 31 de Dezembro de 2021, não existiam garantias bancárias prestadas a terceiros.

## Contingência legal

A 31 de Dezembro de 2021, não existam reclamações e ou acções judiciais de que venham resultar em encargos para a empresa.

## 2.26. Gestão de riscos, objectivos e políticas

### Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea h), nº 2 do artigo 29 da Lei nº 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Sector Empresarial do Estado, conjugado com o nº 2 do artigo 27 do respectivo regulamento, aprovado pelo do Decreto nº 10/2019, de 26 de Fevereiro, a INM, E.P. tem o dever de prover informações sobre os riscos à entidade que gere e coordena o sector empresarial do Estado.

Neste sentido, o nº 2 do regulamento da lei acima citada prevê os seguintes riscos:

- a) Riscos Financeiros e Cambiais inerentes ao empreendimento;
- b) Riscos Fiduciários, decorrentes da indevida utilização de recursos financeiros disponibilizados para aplicação na empresa;
- c) Risco de insustentabilidade da dívida da empresa;
- d) Riscos Fiscais, decorrentes da sonegação e evasão fiscais ou de assumpção e gozo das prerrogativas não previstas na legislação vigente e aplicável;
- e) Riscos operacionais e corporativos.

Assim, A INM, E.P., apresenta a informação sobre os riscos associados à sua actividade conforme a sequência prevista nas alíneas anteriores:

### Tipos de Riscos

#### a) Riscos Financeiros e Cambiais

Quanto à gestão de riscos financeiros, a INM, E.P. procura garantir adequação da liquidabilidade dos activos à exigibilidade das dívidas, em função da evolução do seu negócio e do fluxo de caixa gerado. Neste contexto, a INM, E.P. dispõe de liquidez suficiente para honrar os seus compromissos financeiros derivados de necessidades das operações correntes, de investimentos e de remuneração.

Em relação aos riscos cambiais, têm a sua origem, para o caso da INM, E.P., nas transacções efectuadas em moeda estrangeira, na compra de bens ou serviços em moeda estrangeira. Podendo ter dois tipos de impacto na organização: uma perda ou um ganho operacional conforme a variação cambial seja desfavorável ou favorável ao preço da operação em resultado da variação cambial ocorrida entre o momento da compra e o momento do seu pagamento.



A INM, E.P. procura reduzir os impactos negativos da volatilidade cambial privilegiando, na medida do possível, as compra de Bens e Serviços no mercado nacional.

#### **b) Riscos Fiduciários**

A INM, E.P. usa devidamente os seus recursos financeiros, orientando-se nos princípios estabelecidos nos termos do artigo 6 da Lei nº 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector empresarial do Estado, particularmente as alíneas a) Legalidade, e) Transparência financeira e prestação de contas e f) Economicidade, racionalidade de recursos e de boa governação. As aplicações são previamente analisadas, com vista a garantir uma adequada aplicação dos recursos, permitindo que estas sejam benéficas para a empresa. Nestes termos, o risco fiduciário da instituição é baixo.

#### **c) Risco de insustentabilidade da dívida da empresa**

Quanto à sustentabilidade da dívida com terceiros, a INM, E.P. está numa situação confortável, pois, para além de não ter contraído qualquer empréstimo Bancário, não tem dívidas em situação de mora, cumpre integralmente os compromissos de pagamento assumidos dentro do prazo previamente acordado, desta feita, no seu Balanço, o passivo financia o activo total em 36,56%, sendo o remanescente 63,44% financiado pelo capital próprio. Portanto, não há indícios de insustentabilidade da dívida.

#### **d) Riscos Fiscais**

A INM, E.P. cumpre tempestivamente todas as suas obrigações fiscais, não tem quaisquer obrigações fiscais em situação de mora. Os impostos a canalizar são devidamente calculados, não se verifica qualquer situação de sonegação de impostos. O gozo de prerrogativas fiscais é devidamente acautelado, de modo a permitir que só se beneficie das previstas na legislação fiscal vigente. Por conseguinte, o risco fiscal é baixo.

#### **e) Riscos operacionais e corporativos**

A INM, E.P. entende como riscos operacionais os eventos que potencialmente possam causar perdas e ou desvios relevantes nos objectivos da empresa (estratégicos ou operacionais) originados por erro ou omissão na decisão, por processos inadequados, por erro humano ou de sistema ou ainda derivado de factores exógenos, associados às operações da empresa. A

gestão destes riscos passa pela definição clara de linhas de orientação estratégica (Plano Estratégico) e de uma estrutura hierárquica adequada que garanta mecanismos eficazes de controlo e supervisão a todos os níveis da organização, complementada com políticas e procedimentos de controlo interno. Na sua actuação, e com vista a minimizar os riscos operacionais e corporativos, a INM, E.P., possui, entre outros, manuais de procedimentos internos administrativos, de auditoria e de produção e, na componente legal, é assistida por um gabinete jurídico.

É de salientar ainda, o risco nas tecnologias de informação

### **Risco nas Tecnologias de Informação**

Com a Implementação do Boletim da República Electrónico(E-BR) e com a sofisticação das tecnologias de informação implementadas na INM, E.P. ao longo dos últimos anos, tem permitido ganhos de eficiência, mas também um incremento da dependência das mesmas. O impacto deste risco pode ser visto em dois planos:

- eventos nas infra-estruturas que provoquem ruptura no seu normal funcionamento e consequentemente um prejuízo sério pelo facto de não ser possível assegurar um nível normal e eficiente das operações, afectando clientes, processos de produção e facturação.
- geração e controlo de conteúdos de informação, quer seja pela ausência de informação económica, financeira, contabilística e fiscal mínima necessária para o cumprimento de requisitos legais, monitorização da actividade ou suporte à decisão, quer seja, pela manutenção dos controlos de acesso e divulgação de quem usa a informação.

Os eventos que podem dar origem a este tipo de riscos podem sobretudo derivar de:

- requisitos de sistemas e rede inadequadamente definidos e/ou implementados;
- quebra de segurança física de equipamentos;
- quebra nos serviços prestados por terceiros, havendo a prática, indispensável, de manter competências internas suficientes para não criar dependência funcional de nenhuma entidade externa;
- falha na operação e monitorização das infra-estruturas; e
- falha na gestão de backups.

## **Conclusão**

Em face dos tipos de riscos descritos anteriormente, em cumprimento da legislação referida na introdução sobre a gestão de risco, conclui-se que a INM, E.P. tem estado a gerir os riscos a que está exposta, sejam os que resultam da sua actividade ou os decorrentes do ambiente externo à empresa, e vai continuar a fazê-lo de modo a manter os riscos em níveis mais baixos possíveis.

### **2.27. Continuidade das operações**

A Administração é de opinião que a empresa possui os recursos e o comprometimento necessários dos Sócios (Estado) para estar operando num futuro previsível, não tendo a intenção de liquidar a empresa ou reduzir significativamente o volume das suas operações.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no princípio de continuidade das operações, portanto, não incluem ajustamentos referentes à recuperabilidade e reclassificação de activos e passivos que seriam necessários caso a empresa não pudesse operar num futuro previsível.

### **2.28. Acontecimentos após a data de Balanço**

Após a data do balanço e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram outros eventos favoráveis ou desfavoráveis para a Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

### **2.29. Aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras serão aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de Junho de 2022, sendo opinião deste órgão que as mesmas reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da INM, E.P. bem como os fluxos de caixa e a posição e o desempenho financeiro.

---

**Técnico de Contas**

---

**Administração**

### **III. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS**

### **3.1. Declaração do Técnico de Contas**

### **3.2. Relatórios de Auditoria**

### **3.3. Parecer do Conselho Fiscal**

### **3.4. Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal**

**Modelo 20 (M/20)**

**Modelo 20A 1 (M/20A 1)**

**Modelo 22 (M/22)**



## **IV. ANEXOS**

#### 4.1 Balancetes

#### **4.1.1 Balancete Inical em Janeiro de 2021**

#### **4.1.2 Balancete Acumulado em Dezembro de 2021**

#### **4.1.3 Balancete Acumulado em Regularizações 2021**

#### **4.1.4 Balancete Acumulado em Apuramento 2021**

#### **4.1.5 Balancete Acumulado em Final 2021**

#### **4.1.6 Mapa de Amortizações e reintegrações**